



www.enaphem.com



Quando uma fotografia, um monumento e um texto literário tornam-se fontes históricas!

When a photograph, a monument and a literary text become historical sources!

Andréia Dalcin¹

Elmha Coelho M. Moura²

Adriel G. Oliveira³

Resumo

Nosso objetivo é debater a apropriação das fontes históricas: fotografias, monumentos e textos literários por pesquisadores da área de Educação Matemática, a partir de uma perspectiva metodológica, dialogando com autores da História Cultural. Tais fontes por vezes, ainda estão à margem das discussões no campo da História da Educação Matemática, talvez pelas dificuldades inerentes de uma abordagem metodológica consistente, ou, por serem documentos que flertam com a subjetividade e exigem uma aproximação com o campo das Artes, ou ainda possivelmente, pela escassez de pesquisas que lhes deem protagonismo. Ao longo da live serão apresentados exemplos de exercícios de análises e sugestões de leituras.

Palavras-chave: Educação Matemática, História Cultural, Historiografia.

Introdução

Decerto, nenhuma história escreve aquilo que de fato ocorreu. Quantas possibilidades, quantas conjecturas ocupam o espaço que esconde vãos entre o que houve e seu registro? Ou será que o relato do passado é tão fiel ao acontecimento a ponto de desfazer qualquer possibilidade de separação entre eles? Ou essas perguntas, de cunho claramente subversivo, devem ser evitadas ao máximo? Não seria melhor debater essa questão - que é própria aos historiadores - com quem realmente entende do assunto? Por fim: o que historiógrafos têm

¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. E-mail: andreia.dalcin@ufrgs.br.

² Doutora em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professora da Universidade Federal da Integração da Latino-Americana (UNILA), Brasil. E-mail: elmha.moura@unila.edu.br.

³ Doutor em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil. E-mail: adrielgoliver@gmail.com.

pensado a respeito disso?

No final do século XIX, a história concentrava seus escritos nesta mesma temática - o estado. Ofereceremos duas explicações plausíveis: a primeira é que, neste tempo, os governos europeus consideravam a história nacional como um meio de educar para o nacionalismo, a unidade cívica, servindo-se de aulas de história para disseminar sua propaganda ufanista. (Burke, 2012).

O segundo motivo assume uma natureza metodológica. Essa mudança nos modos de fazer história deflagrou uma revolução nas fontes, que tomavam apenas as fontes ditas oficiais como válidas para o discurso histórico (Burke, 2012).

Disso decorreu o desenvolvimento de uma série de técnicas por parte dos historiadores para verificar a confiabilidade dos documentos que eram trabalhados. Segundo eles, portanto, a história ganhou com isso um estatuto de científica, devido ao método profissional de que se utilizavam.

Os historiadores sociais, ao contrário daqueles que estudavam as políticas e o estado, foram relegados a um pretensão amadorismo, uma vez que não ostentavam um arcabouço teórico formado, ao qual chamam método.

Ao longo do século XX, observa-se uma ampliação do conceito de documento e as discussões sobre o fazer história se intensificam. “Em princípio, o documento era, sobretudo, um texto”, nos diz Le Goff (2003, p.530), todavia sentia-se o limite desta definição. Febvre (1989, p. 249), ainda na década de 40, enfatiza

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, a falta das flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivos e ervas daninhas. Com eclipses da lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (Febvre, 1989, p. 249).

Neste sentido, a de se tomar por documento o escrito, o ilustrado, transmitido pelo som, imagem ou qualquer outra forma de manifestação humana. Diferentes meios pelo qual a memória individual e coletiva deixa seus registros e silêncios. Dentre a gama de possibilidades do que poderia se constituir como documento nos detemos a estudar a fotografia, o monumento e os textos literários. Documentos, que por vezes, ainda estão à margem das discussões em história da educação matemática, talvez pelas dificuldades inerentes de uma abordagem metodológica consistente, ou, por serem documentos que flertam com a subjetividade e exigem uma aproximação com o campo das Artes, ou ainda possivelmente, pela escassez de pesquisas que lhes deem protagonismo.

A fotografia como documento histórico

A fotografia demorou a encontrar seu espaço como documento/fonte histórica devido a sua natureza polissêmica, provocativa, multifuncional e subjetiva. Na década de 1980 concretiza-se a “virada pictórica”, iniciada ainda na década de 1960, momento em que se percebe o valor das fotografias como evidência da história social do século XIX, auxiliando a construir “uma história a partir de baixo”,

focalizando o cotidiano e as experiências de pessoas comuns” (Burke, 2004, p. 15).

Para Dalcin (2018) a fotografia de fonte de segunda categoria, ainda no século XIX, deixa de ser mera ilustração que reforça, reafirma o posto nos documentos escritos e passa a ser considerada como indício, ampliando o espaço de atuação e funcionalidade nas Ciências Sociais, pois “funcionam como sinais de orientação, como linguagens” (Borges, 2005, p. 72), “registram atos de testemunho ocular” (Burke, 2004, p. 17) e constitui-se como “documento do imaginário social e não preponderantemente como documento da factualidade social” (Martins, 2008, p. 174).

Nesta perspectiva a fotografia seja ela integrante de um álbum, encontrada em um baú ou entre as páginas de um livro, em um arquivo escolar ou impressa em um livro didático, é permeada por ideologias, podendo reforçar ou problematizar modos e estilos de vida, ideias preconcebidas sobre hábitos, e costumes de um determinado grupo e cultura. A Fotografia potencializa o trabalho com a memória, pode constituir-se como desencadeadora de lembranças, favorecendo a oralidade e ainda pode trazer informações não registradas de outra forma. Por fim, é bom enfatizar que

o processo de leitura de uma fotografia passa por diferentes momentos: a crença inicial oriunda de um primeiro olhar; a problematização gerada pelas questões de fundo que orientam a pesquisa e que se complexificam com a interpretação da imagem e seu conteúdo; a desmontagem da fotografia por meio da construção de significados construídos conforme a ideologia de cada momento e por fim, quiçá, por meio da sensibilidade e de um esforço de compreensão dos documentos e contexto histórico de produção a reconstrução de realidades possíveis. (Dalcin, 2018, p. 36).

A prática de fotografar vem ganhando destaque no tempo presente com o avanço das tecnologias, colocamo-nos diante de vários desafios tanto no tempo presente como para o futuro próximo, que vão desde a quantidade de documentos fotográficos ao seu modo de armazenamento ou descarte. De qualquer modo as fotografias aí estão e pelo visto, vieram para ficar!

Os monumentos como documentos históricos

Estátuas templos, túmulos, obeliscos são monumentos arquitetônicos construídos para serem rememorados. Trata-se de obras de valor histórico e artístico, dignas de seres preservadas. No latim, o termo Monumentum é mais abrangente, segundo Faria (1962), consiste também, em algo que faz lembrar, construções comemorativas, registros escritos como as inscrições, as lápides, obras literárias e os sinais e indício de reconhecimento.

Essa abrangência nos remete aos Documentos/Monumentos discutidos por Le Goff (1992, p. 545), ao afirmar que todo documento tem em si caráter de monumento. “Só na análise do documento enquanto monumento permite a memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa”. Para Knauss (1999), os monumentos são criados por diferentes grupos sociais que intervêm no espaço urbano, para os cidadãos ressignificarem os diversos territórios de seus cotidianos e construírem sua identidade com sua localidade. Assim, esses objetos, portadores de informações históricas, por influenciar na construção de uma identidade coletiva, por meio de

uma memória, é lugar de interesse dos historiadores.

Para Burke (2000), os historiadores interessam-se ou precisam interessar-se pela memória, por duas razões. A primeira seria estudar a memória como fonte histórica; a segunda, conhecê-la como um fenômeno histórico, pelo qual se poderia chamá-la de história social do lembrar. Nesse sentido, para Moura (2018), os monumentos, como fonte de pesquisa, detêm os seguintes aspectos de interesse investigativo: os elementos históricos, a memória coletiva, o sentido político, a comunicabilidade de mensagens, os controles de significados e a relação com a Educação Matemática. Em suas pesquisas, in loco, a autora escreveu sobre escolas de aprendizes artífices e escolas técnicas do Brasil e de Portugal.

Textos Literários como documento histórico

Apropriar-se de textos literários para constituir fontes históricas pode parecer paradoxal, à medida que os compreendemos como sinônimos de ficção. No entanto, essa falsa compreensão, além de mergulhar absolutamente no senso comum, esconde as potencialidades da estética ficcional.

Vamos, brevemente, debater duas perguntas, a fim de desconstruir esse senso comum que opõe ficção e realidade. (1) Seria o mundo real tão verdadeiro assim que nele não haveria uma única dose de ficção? (2) Seria a ficção literária assim tão falsa que nela não haveria uma verdade sequer? Iser (2013) observa que os conceitos que formamos e que engendram nossa realidade são generalizações de casos particulares, recriando, na verdade, uma ficção que representa o conceito de real. Com efeito, ao proferir a palavra folha, imediatamente vem à mente uma imagem de alguma folha representada por um signo criado ao longo da observação que generalizou a ideia de folha, representando-a num caso particular, numa imagem ficcional. Assim, conseguimos esboçar uma provocação que mostra o quanto a realidade impregnou-se de ficções.

Para responder à pergunta (2), o historiador italiano Carlo Ginzburg (2007) aponta que nenhum romance - e aqui generalizamos o conceito de romance como ficção literária -, por mais fantasioso e inventivo que seja, não consegue submergir totalmente no reino da ficção pura, pois sempre haverá algum indício de real que servirá como testemunho ao historiador atento. Os romances de cavalaria, por exemplo, por mais que em sua trama tragam estórias consideradas tolas e sem potencial estético por muitos, ainda assim ela fornece indícios de como eram os usos e costumes da época referida, por meio de hábitos, conversas, vestimentas. etc... Deste modo, a ficção não é destituída de realidade.

Poder-se-ia argumentar que textos ficcionais testemunham não a realidade viva, mas as experiências, a visão de mundo e a ideologia de quem o escreveu; mas esse mesmo caráter de constructo nunca - ou quase nunca - é questionado no núcleo das ciências rígidas. Além do mais, o texto literário nem sempre interessa ao historiador por sua referência direta, que pode muito bem ser inventado, mas, sobretudo, pelos testemunhos involuntários que a nós são relegados. O segredo, isto é, o procedimento metodológico segundo o qual devemos interpretar obras ficcionais a fim de constituir fontes históricas, é praticar a leitura a contrapelo, para usar uma expressão cunhada por Benjamin: é escavar os meandros do texto contra as intenções de quem os produziu, lendo as vozes abafadas pela intencionalidade do imaginário criador.

Ficção e realidade não se configuram como polos opostos. Para se entender essa relação, é preciso estudá-la à luz da trina do real, o fictício e o imaginário. O imaginário cria tanto a ficção como a realidade (Iser, 2013). No rastro da criação, conseguimos ler os indícios do verdadeiro, do falso e do fictício.

Assim, nesse arcabouço dissertativo, temos por objetivo, debater a apropriação de fontes não convencionais da historiografia por pesquisadores da área de educação matemática; refletir sobre metodológica dessa abertura de fontes; trazer exemplos de análise que ilustram as questões aqui descritas.

Procedimentos metodológicos no uso de fotografias, monumentos e textos literários, na construção de uma história não convencional, requer do historiador conhecimento prévio em outras áreas do conhecimento. É preciso consolidar o fazer historiográfico direcionado a necessidade de aproximação com outras ciências. Subvertendo uma história de compartimentos e especialização estreita. Abrangendo, assim, extensões do território histórico (Burke, 2010, p. 143) “vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las”.

Referências

- Borges, M. E. L. (2003). *História e Fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Burke, P. (2000). *Variedades de História Cultural*. São Paulo-Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Burke, P. (2004). *Testemunha Ocular: História e imagem*. Bauru: Educs.
- Burke, P. (2010). *A Escola dos Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora da Unesp.
- Dalcin, A.(2018). *Fotografia, História e Educação Matemática: Apontamentos para pesquisas sobre a cultura escolar*. Revista de História da Educação Matemática, v. 1, p. 20-38.
- Faria. E. (1962) *Dicionário escolar latino-português*. Brasil: Ministério da Educação e Cultura.
- Febvre, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- Ginzburg, C. (2007). *O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício*. Cia das Letras. São Paulo.
- Iser, W. (2013). *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*. tradução de Johannes Kretschmer. 2 ed. Rio de Janeiro. edUERJ.424 p.
- Knauss, P. (1999). *Cidade Vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras.
- Le Goff, J. (1992). *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Le Goff, J.(2003). *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Martins J. S. (2008). *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto.

Moura, E. C. M. (2018). Monumentos Arquitetônicos: uma Fonte de Pesquisa em História da Educação Matemática. *HISTEMAT*, 22 (3), 170-182. Disponível em: <http://histemat.com.br/index.php/HISTEMAT/article/view/242>.